

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS DO SEMIÁRIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

Jânio C. Barreto da Silva¹; Clóvis Tatsumi Miyachi² & Maurício C. Goldfarb³

RESUMO --- Neste trabalho procuramos mapear as concepções de semi-árido, como esse elemento é elaborado coletivamente pela população de assessores parlamentares da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Para este fim, usamos o conceito de representações coletivas conforme apresentado em Durkheim (1980). Concluiu-se que as categorias geografia, natureza, e políticas públicas, compõem os elementos centrais utilizados por assessores parlamentares da Assembleia Legislativa de Pernambuco para definir o semi-árido.

ABSTRACT --- In this paper we seek to map the concepts of semi-arid, as such element is elaborate collectively by the population of advisors parliamentarians of the Legislative Assembly of Pernambuco. To this end, we use the concept of collective representations proposed by Durkheim (1980). It was concluded that the categories nature, geography and public policy, comprise the central elements used by advisors parliamentarians of the Legislative Assembly of Pernambuco to define the semi-arid.

Palavras-chave: Semiárido, Representação coletiva, Assessor parlamentar (PE).

¹ Estudante da Universidade de Pernambuco. Assessor parlamentar / ALEPE. E-mail: Janio_cleiton@yahoo.com.br;

² Professor da Universidade de Pernambuco. E-mail: clovismiyachi@terra.com.br;

³ Professor da Universidade de Pernambuco. E-mail: mcgoldfarb@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional, associado à degradação do meio ambiente, fez surgir à necessidade de mudança de atitude no que se refere a vivência do homem na natureza. Questões relacionadas a esses temas têm despertado, cada vez mais o interesse de organizações públicas, privadas e não governamentais. Nesse sentido, nos campos da observação, simulação, previsão, entre outras áreas das ciências ambientais, grandes avanços tem sido observados. No entanto, fatores culturais, que fazem parte deste processo, têm sua importância comumente diminuída, ou mesmo, são simplesmente desprezados.

O Estado de Pernambuco, unidade federativa cuja capital é a cidade do Recife, é o sétimo estado mais populoso do Brasil. Sua população se aproxima de nove milhões de habitantes. Está localizado no centro leste da região Nordeste do Brasil. Sua área tem aproximadamente 98 mil quilômetros quadrados, dos quais, quase 90% em região semiárida; composta pelas mesorregiões do agreste e sertão do Estado.

O Poder Legislativo do Estado de Pernambuco é exercido pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE. Atualmente, é constituída de 49 deputados estaduais, eleitos e investidos na forma da legislação federal, de acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco de 1989. Os assessores parlamentares da ALEPE formam os gabinetes parlamentares dos deputados estaduais. Esses profissionais são responsáveis por assessorar os deputados no seu mandato em elaboração de leis, requerimentos, memorandos, dossiês, relatórios e demais documentos necessários para legislatura parlamentar.

A presente pesquisa pretende, utilizando o conceito de representação coletiva, investigar o que os assessores parlamentares da ALEPE pesam sobre a região semiárido pernambucano, região comumente conhecida pela escassez hídrica e os fenômenos das secas e da desertificação.

A importância desta pesquisa advém da associação de dois fatores: a) a região semiárida abrange boa parte do território e da população do Estado de Pernambuco; b) a atividade dos assessores parlamentares, profissionais que atuam na elaboração de leis e outros documentos oficiais do mandato legislativo da ALEPE, é fundamental para consolidação de políticas que propiciem o desenvolvimento do semiárido pernambucano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

O referencial metodológico deste trabalho é fundamentado no conceito de “representações coletivas”, proposto pelo sociólogo Émile Durkheim; visto como uma associação de idéias, que são elaboradas socialmente. As representações são parte constitutiva da vida em sociedade e originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos, que se encontram distribuídos em grupos sociais (Durkheim, 1980).

O conceito de representação coletiva nasceu na sociologia, tendo sido fundamental para estudos de fenômenos sociais; dos significados e saberes que são coletivamente elaborados. Assim, a forma como os indivíduos elaboram suas interpretações pode ser apreendida através da análise do consenso, isto é, da visão do todo, do grupo social do qual faz parte. As representações coletivas relacionam-se as formas de pensar e agir em sociedade, pois pensamento e ação andam juntos. A sociedade é estruturada por representações, que são coletivas, posto que é em sociedade que as pessoas classificam o mundo que lhes cercam (Goldfarb *et al*, 2005).

Segundo Chartier (1991), toda prática é produzida por representações, através das quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo e justificam suas crenças e ações. Através das representações é possível apreender a forma como os grupos sociais classificam, produzem elaborações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contada, pensada e construída. Assim, tanto as representações como as ações exibem formas por meio das quais os sujeitos se colocam no mundo, dando significados as práticas e as instituições que os cercam.

Deste modo, busca-se nesse trabalho compreender como os assessores parlamentares concebem o semiárido e, mais precisamente, o semiárido pernambucano, analisando os discursos construídos a partir de suas experiências concretas e cotidianas; pois os discursos são uma via privilegiada de acesso ao conjunto de suas concepções sobre a água, seus saberes e relações que estabelecem com a mesma.

Por discursos entende-se não uma verdade, mas uma interpretação de sua realidade, e o nosso trabalho foi basicamente o de compreendê-los, buscando fixá-los em formas pesquisáveis (Geertz, 1978). No intuito de desenvolver uma análise qualitativa, compreende-se que a realidade é estudada a partir de um determinado ponto de vista. Assim, pode-se dizer que os “conceitos” são ferramentas de trabalho e as técnicas de pesquisa são instrumentos que nos auxiliam no uso correto dessas ferramentas.

Trata-se de perceber a autonomia de grupos sociais no que se refere a modos de significação, as formas de dar significado a sua vida em sociedade. Por meio da cultura as pessoas são capazes de

significar elementos naturais, dando-lhes sentido próprio, que podem ser analisados por meio de representações e práticas coletivas.

Cultura é um conceito usado para interpretação da vida em sociedade, pois representa uma “maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa”. É um mapa, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam e modificam o mundo e a si mesmos. (Da Matta, 1986, p. 128-129; Laraia, 2002).

Nesse caso, o sentido é analisado através de uma teia de significados, que é tecida coletivamente num dado contexto, buscando sempre os nexos (ou contradições) entre os discursos e as ações cotidianas.

Para descrição das representações coletivas sobre o semi-árido, foram realizadas, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 10 entrevistas, com assessores parlamentares, dos gabinetes de deputados estaduais, pessoas escolhidas aleatoriamente, de ambos os sexos e diferentes faixas etárias. Trata-se de entrevistas abertas com um roteiro previamente elaborado. Entende-se nesse caso como entrevistas “abertas” uma conversa continuada entre o sujeito da pesquisa, o que implica num tipo de diálogo entre o pesquisador e pesquisados.

O uso de entrevistas é imprescindível porque, como método, ela tem a finalidade de obtenção de dados, como opiniões, visão de mundo, valores e comportamentos dos indivíduos diante de uma dada situação, o que nem sempre se consegue através da aplicação de questionários fechados e quantificáveis. Tal procedimento de coleta de dados pode revelar muito frutífero no desenvolvimento da pesquisa porque assim se pode aproximar das experiências dos informantes, apreender seus valores e os acontecimentos que eles consideram mais significativos à cerca da temática.

3. A ASSEMBLEIA DE PERNAMBUCO E A ASSESSORIA PARLAMENTAR

Em primeiro de abril de 1835, o então presidente da Província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, instala no Forte do Mato, bairro do Recife, a Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco. Em sua 1ª legislatura, a Assembleia, contou com a participação de 36 deputados. Entre eles, segundo registros de documentos, há presença de 11 padres como deputados titulares e outros dois suplentes, o que reflete a influência da Igreja Católica, à época. (ALEPE, 2008).

Henrique Pereira de Lucena, então presidente da Província de Pernambuco no ano de 1875, no dia 1º de maio, inaugura a nova sede do Poder Legislativo de Pernambuco, na Rua da aurora com a obra inacabada, sendo concluída apenas no dia 20 de janeiro do ano seguinte. No ano de 1937, com o golpe de estado dado pelo presidente Getúlio Vargas, que impõe o Estado Novo, ocorre a interrupção dos trabalhos legislativos. O Parlamento Estadual de Pernambuco é substituído pelo conselho de nomeados até o ano de 1945 com o fim do regime ditatorial da era Varga (ALEPE, 2008).

Com o fim do Estado Novo, em 1947 é iniciado a redemocratização do País, com isto a Constituição de Pernambuco é promulgada e, a Assembleia Constituinte passa à condição de Assembleia Legislativa do Estado. Através da indicação parlamentar, em 1948, o edifício-sede do Legislativo Estadual do Estado de Pernambuco, ganha o nome de Palácio Joaquim Nabuco. (ALEPE, 2008).

Em 7 de fevereiro de 1969, com Ato Complementar nº 47, o governo brasileiro, através do Regime Militar, decreta novo recesso às Assembleias Legislativas dos Estados, sendo reabertas só em 1º de junho de 1970. (ALEPE, 2008).

Na ALEPE, os deputados estaduais elaboram e votam projetos de leis, fiscalizam com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, TCE-PE, o poder executivo estadual, além de dar posse ao governador e ao vice-governador do Estado de Pernambuco, bem como conhecer-lhes da renúncia e apreciar aos seus pedidos de licença, de acordo com a constituição estadual (C.E – PE/89), em seu art.14. inciso VIII.

A ALEPE é organizada estruturalmente pela mesa diretora eleita para exercer o mandato por um biênio e é composto por presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, terceiro secretário e quarto secretário. Também com dezesseis comissões parlamentares permanentes com função institucional que são a de Constituição, Legislação e Justiça, Finanças, Orçamento e Tributação, Administração Pública, Negócios Municipais, Educação e Cultura, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Política Rural, Saúde e Assistência Social, Ciência, Tecnologia e Informática, Cidadania e Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Assuntos Internacionais, Defesa dos Direitos da Mulher, Ética Parlamentar e Redação Final. (D.O.E., 2008).

Já no que tange a administração interna a ALEPE, está estruturada através de assistências e superintendências importantes para seu funcionamento. São 7 assistências, a Auditoria, Comunicação Social, Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, Saúde e Medicina

Ocupacional, Legislativa, Militar e de Segurança Legislativa, Cerimonial, Escola do Legislativo e Procuradoria Geral. E 5 Superintendências, a Administrativa, Modernização Institucional e Tecnológica, Planejamento, Execução Orçamentária e Finanças e a de Recursos Humanos. Em cada assistência e superintendência citadas, existem departamentos e gerências de forma organizada para seu funcionamento. A estrutura organizacional está acobertada de acordo com a Lei nº 12.776 de 2005 em anexo. (D.O.E., 2005).

A expressão assessoria parlamentar designa a atividade dos representantes de órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta perante o legislativo federal, estaduais e municipais. (Farhat,1996). Os assessores parlamentares da ALEPE formam os gabinetes parlamentares dos deputados estaduais eleitos para atuar em sua legislatura. São esses profissionais os responsáveis para assessorar os deputados estaduais no seu mandato em elaboração de leis, requerimentos, memorandos, dossiês, relatórios e demais documentos necessários para legislatura parlamentar.

O conhecimento de temáticas referente a matérias que contribua para a obrigação constitucional de um deputado é fundamental para o assessor parlamentar. É ele que irriga as informações necessárias para que o deputado estadual obtenha sucesso em seu mandato parlamentar. Em elaboração de leis, códigos, requerimentos e outros documentos do legislativo estadual, se fazem necessário a exigência de uma justificativa temática, para fomentar a necessidade de aprovação da matéria proposta pelo parlamentar estadual.

As Assembléias Legislativas oferecem espaços de discussões em comissões permanentes referente à temática de matéria em tramitação nas Casas Legislativas, chamadas de audiências públicas e frentes parlamentares. Nas audiências públicas são convidados profissionais que dominam a temática proposta com objetivo de defender na sua ótica ao assunto abordado para expor sua ideia referente à matéria, contribuindo com o conhecimento da assessoria parlamentar em suas justificativas posteriormente redigida.

4. REPRESENTAÇÕES COLETIVAS DOS ASSESSORES

Para a pesquisa científica, conforme Rudio (1986) não interessa estudar indivíduos isolados, mas sim estabelecer generalizações a partir de observações e análises em um determinado universo de pesquisa. As generalizações foram buscadas, nesse caso, por meio de entrevistas abertas. As

entrevistas foram elaboradas de forma a permitir ao entrevistado uma ampla variedade de respostas, cabendo ao entrevistador, nesse caso, diante da liberdade do entrevistado, analisar as prioridades, quando mais de uma categoria era informada.

Durante as entrevistas, observou-se por parte dos entrevistados uma completa disponibilidade ao diálogo. A primeira pergunta trata do que é o semiárido. A segunda pergunta, onde se localiza o semiárido no Brasil e em Pernambuco. A terceira, como é conviver no semiárido. Na quarta pergunta, questionamos se os entrevistados teriam conhecimento sobre políticas públicas para o semiárido pernambucano.

Na quarta e última pergunta, as respostas dos entrevistados, foram mais compridas e bem elaboradas. Apontam que existem as políticas e citam linhas de créditos como o Pronaf semiárido, políticas de experiência de convivência com a seca, dessalinizadores de água para consumo humano, instalação de cisternas para captação de água da chuva, recuperação do bioma caatinga, luz para todos, trans-nordestinas, transposição do Rio São Francisco, interiorização de ensino técnico e universitário; e que estas políticas são recentes e têm o apoio da sociedade civil organizada como Organizações Não Governamentais. Mas alertam que, é necessário muito mais políticas para, principalmente, evitar o êxodo dos que vivem no semiárido.

Por fim, perguntamos aos 10 entrevistados, quanto tempo exerciam o trabalho como assessor político e se teriam experiência com o tema semiárido. Dois dos quais se destacaram pela experiência com a temática. Um deles destacou sua atuação em assistência técnica por mais de 30 anos em projetos gerenciados pelo estado. Outro trabalhou mais de 20 anos em projetos destinados a região semiárida, gerenciados por ONG's. Um deles viveu a experiência política no executivo na primeira gestão do governo atual durante 4 anos, e na atual legislatura da ALEPE, atua como assessor parlamentar a 3 meses. Já o outro, tem também estréia no parlamento nesta atual legislatura iniciada no dia 1 de fevereiro do corrente ano. Dos assessores entrevistados 7 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Todos estão na faixa etária entre 28 a 67 anos de idade.

Os discursos possibilitaram uma análise das categorias formadoras da representação coletiva sobre o semiárido, apresentadas na figura 1:

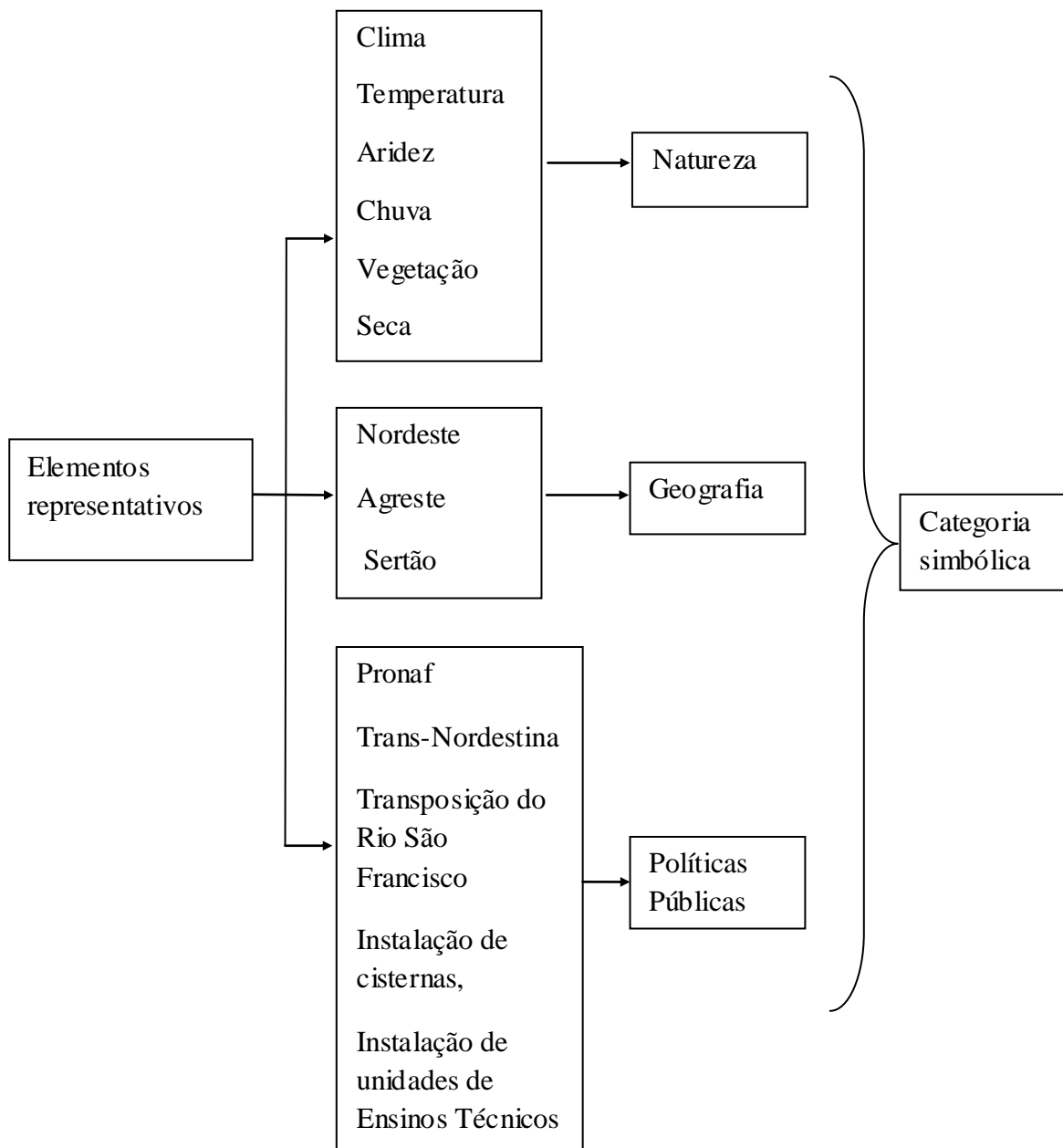


Figura 1 – Representações coletivas acerca dos assessores parlamentares da ALEPE semiárido mediante assessores parlamentares da ALEPE.

Conforme observado na figura 1, os resultados das entrevistas indicam três categorias que comportam a grande maioria das respostas: natureza, espaço e políticas públicas. Estas categorias representam elementos definidores centrais das representações coletivas sobre semi-árido elaboradas coletivamente pelo grupo estudado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as categorias geografia, natureza, e políticas públicas, compõem os elementos centrais utilizados pelos assessores parlamentares da Assembléia Legislativa de Pernambuco para definir o semi-árido.

Considerando a importância do semi-árido no Estado de Pernambuco; considerando que o Poder Legislativo de Pernambuco é a Casa Parlamentar responsável pela elaboração de leis e fiscalização dos projetos e ações públicas estaduais; considerando a função do assessor parlamentar em contribuir na elaboração das leis e fiscalização do executivo estadual; e por fim, o interesse em conhecer mais sobre o semiárido, expresso pela maioria dos entrevistados, faz-se necessário que a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco ofereça cursos aos assessores parlamentares deste Poder, para formação de conhecimento científico sobre diversos aspectos do semiárido pernambucano.

6. REFERÊNCIAS

- Chartier, R.(1991) *O Mundo como Representação*. Revista Estudos Avançados, n. ° 11, São Paulo.
- Chaudhry, Fazal H.& Borges, Janice R. P. (2000) *Uma Contribuição Sociológica Para a Gestão De Recursos Hídricos: elementos para uma proposta metodológica*. V Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Natal - RN.
- Da Matta, (1986) Roberto. *Você tem cultura? Explorações: ensaios de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Durkheim, E. (1980) Representações Individuais e Representações Coletivas. **Sociologia e Filosofia**. Portugal: Rés.
- Farhat, Said. *Dicionário Parlamentar e Político: processo Político e Legislativo no Brasil*. Ed. Fundação Petrópolis: Companhia Melhoramento, 1996.
- Filgueira, H. J. A. (2004) *Desastres El Niño-Oscilação Sul (ENOS) Versus Sistemas Organizacionais – Paraíba/Brasil, Flórida/Estados Unidos da América e Piura/Peru: Uma análise Comparativa*. Tese de Doutorado. Campina Grande – Paraíba – Brasil.
- Galindo, W. C. M. *Intervenção rural e autonomia: a experiência da articulação no Semi-árido/ASA em Pernambuco*. Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- Geertz, C.(1978) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Giannini, Isabelle Vidal. (1995) *O conhecimento indígena da natureza*. Mari/Usp/ Instituto Socioambiental. In: Silva, Aracy Lopes da e Grupioni, Luís Donisete B. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

Gil, Antônio C.(1991) Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas.

Goldfarb, M. C. ; Goldfarb, M. P. L. ; Werlang, L. M. ; Filgueira, H. J. A.; Silans, A. M. B. P. . *Análise das representações coletivas da água em região semi-árida: São João do Cariri. (PB)*. In: XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2005, João Pessoa. Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2005.

Lacerda, A. Vieira. (2001) *Gestão Participativa e Integrada? uma Perspectiva à Sustentabilidade dos recursos Naturais a Bacia Hidrográfica do Açude Taperoá II, no Semi-Árido Paraibano*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA UFPB/UEPB). João Pessoa (PB).

Laraia, Roque de Barros. (2002) *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Magnani, José G. C.(1981) *Análise de discursos e ideologia. Trabalho e Cultura no Brasil. Ciências Sociais Hoje*, Recife e Brasília.

Queiroz, M. I. P. de. (1988) “*Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível*”. In: VON Simson, O. M. Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo: Vértice.

ALEPE. **Manual do deputado da Assembléia Legislativa de Pernambuco**. Recife: ALEPE, 2008. Disponível em < <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3528> > Acesso em 02 de maio de 2011.

PERNAMBUCO. **Lei Ordinária nº 12.776/05**. Recife: ALEPE, 2005

Rudio, Franz V.(1986) *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes.